relações de direito privado se rejam pelos usos e costumes, os terrenos necessários para as suas povoações e culturas.

BASE LXXVI

1 — As leis da Assembleia Nacional a que se refere a base XI, n.º 1, serão obrigatoriamente publicadas no *Boletim Oficial* das províncias onde devam vigorar, independentemente de qualquer menção especial nelas aposta.

2 — Todos os demais diplomas emanados dos órgãos da soberania da República para vigorarem nas províncias ultramarinas conterão a menção, aposta pelo Ministro do Ultramar, de que devem ser publicados no *Boletim Oficial* da província ou províncias onde devem vigorar. Esta menção será escrita no original do diploma e assinada pelo Ministro do Ultramar.

3 — A aplicação às províncias ultramarinas de um diploma já em vigor na metrópole depende de portaria do Ministro do Ultramar, na qual poderão ser feitas as alterações e aditadas as normas especialmente exigidas pela ordem jurídica ou pelas condições particulares das províncias em que o diploma deva ser aplicado.

4 — A publicação, no *Boletim Oficial* de qualquer província, de disposições transcritas do *Diário do Governo*, sem observância dos termos desta base, não produzirá efeitos jurídicos.

BASE LXXVII

1 — Em cada província ultramarina será publicado um *Boletim Oficial*, pelo menos semanalmente, em que serão insertos todos os diplomas que na província devam vigorar. Terá formato idêntico ao do *Diário do Governo* e no seu frontispício será impresso o escudo nacional.

2 — Os diplomas publicados no *Diário do Governo* para serem cumpridos nas províncias ultramarinas só entram em vigor nestas depois de transcritos no respectivo *Boletim Oficial*. A transcrição será obrigatoriamente feita no primeiro número do *Boletim Oficial* que for publicado depois da chegada do *Diário do Governo*.

Os referidos diplomas só entram em vigor nas províncias ultramarinas antes da sua publicação no *Boletim Oficial* quando neles se declarar que se aplicam imediatamente. Em tal caso, dar-se-á cumprimento à menção aposta, com a transcrição ulterior no *Boletim Oficial*.

Neste como nos demais casos de urgência, o diploma publicado no *Diário do Governo* será transmitido telegraficamente e logo reproduzido o seu texto no *Boletim Oficial* ou em suplemento a este.

3 — Salvo o disposto acerca do *Diário do Governo*, a obrigatoriedade dos diplomas publicados no *Boletim Oficial* das províncias ultramarinas nunca depende da sua inserção em quaisquer outras publicações.

BASE LXXVIII

Os diplomas emanados dos órgãos da soberania da República, ao serem publicados nas províncias ultramarinas, manterão a data da publicação no *Diário do Governo*; aqueles cuja primeira publicação for feita no *Boletim Oficial* das províncias ultramarinas terão a data do número em que forem insertos.

BASE LXXIX

As leis e demais diplomas entrarão em vigor nas províncias ultramarinas, salvo declaração especial, no prazo de cinco dias, contados da publicação no respectivo *Boletim Oficial*. Este prazo aplica-se na capital da província e na área do seu concelho. Para o restante território, o

estatuto de cada província poderá estabelecer prazos mais longos, consoante as distâncias e os meios de comunicação.

Marcello Caetano.

Promulgada em 19 de Junho de 1972.

Publique-se.

O Presidente da República, AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
SECRETARIA DE ESTADO DO TESOURO

Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência

Decreto-Lei n.º 210/72

de 23 de Junho

A transformação da Agência Financial de Portugal no Rio de Janeiro, criada em 1887, em dependência própria da Caixa Geral de Depósitos, com funções ampliadas, e a instalação de uma filial do Banco do Brasil em Lisboa constituem passos significativos na execução de resoluções aprovadas pelos Governos dos dois países irmãos, tendo em vista dinamizar a cooperação entre as respectivas economias.

Para esse efeito, foi recentemente promulgado em Brasília o decreto que faculta a referida transformação da Agência Financial, e quase simultaneamente inseriu o *Diário do Governo* o diploma do Ministério das Finanças que autoriza a abertura da filial do Banco do Brasil em Lisboa.

Tudo leva a crer que tais providências vão constituir vigoroso incentivo para o estreitamento e expansão das relações económicas e financeiras entre o Brasil e Portugal.

A concretização prática desta iniciativa exige, porém, que se defina, dentro da ordem jurídica portuguesa, o novo regime da Agência Financial e se determine a transferência para a Caixa Geral de Depósitos do activo e passivo daquela dependência, que até ao presente constituía um serviço do Estado gerido pela Caixa.

A esses objectivos visa o presente diploma.

Nestes termos:

Ouvido o conselho de administração da Caixa Geral de Depósitos;

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º — 1. A Agência Financial de Portugal no Rio de Janeiro, criada por Decreto de 29 de Dezembro de 1887, é transformada em dependência da Caixa Geral de Depósitos, sob a denominação de Agência Financial de Portugal.

2. A Agência funciona no Brasil, mantém a sua sede no Rio de Janeiro e é dotada de personalidade jurídica, autonomia financeira e património próprio.

3. A gestão superior e a fiscalização da Agência competem à Caixa Geral de Depósitos, que a exercerá nos termos e condições constantes do presente diploma e do regulamento que for adoptado para a sua execução, a aprovar pelo conselho de administração da mesma Caixa, observada a legislação brasileira aplicável.

Art. 2.º — 1. Serão transferidos para a dependência a que se refere o n.º 1 do artigo anterior os direitos e obrigações, bem como os saldos das contas do activo e passivo que se apurarem em balanço, relativamente à Agência Financeira de Portugal no Rio de Janeiro.

2. As transferências previstas neste artigo serão reportadas à data do início das novas funções da Agência, fixada de acordo com as autoridades monetárias brasileiras.

Art. 3.º A Agência terá as seguintes atribuições:

- 1.º A prática de operações bancárias em geral, incluindo as de câmbio;
- 2.º A realização no Brasil das operações de receita e despesa de conta do Tesouro português, designadamente a recolha de fundos disponíveis nos cofres dos consulados de Portugal e o pagamento de encargos de qualquer natureza autorizados pelos Ministérios competentes;
- 3.º O apoio financeiro, mediante operações de crédito ou outras, designadamente a empreendimentos ou transacções de interesse para o desenvolvimento das relações económicas luso-brasileiras;
- 4.º Quaisquer outras actividades próprias dos bancos comerciais, autorizadas pela lei brasileira ou por ela não expressamente proibidas.

Art. 4.º — 1. O capital da Agência será fixado de acordo com as autoridades monetárias brasileiras.

2. Para a realização desse capital, no todo ou em parte, poderão ser mobilizados créditos que a Caixa Geral de Depósitos já possua no Brasil, constantes das contas referidas no artigo 2.º

Art. 5.º As modalidades das operações activas e passivas, as prestações de serviço e as demais actividades da Agência, decorrentes das suas atribuições, constarão do respectivo regulamento.

Art. 6.º — 1. A Agência terá um conselho orientador composto de um presidente e dois vogais designados pelo conselho de administração da Caixa Geral de Depósitos.

2. Constarão do regulamento da Agência as atribuições do conselho orientador e as respectivas normas de funcionamento.

Art. 7.º — 1. A direcção executiva da Agência caberá a um conselho de gestão, constituído por três directores, tendo um deles a categoria de director-geral.

2. Os cargos a que se refere o n.º 1 são providos por escolha do conselho de administração da Caixa Geral de Depósitos e podem ser desempenhados por funcionários deste estabelecimento, contratados em comissão transitória de serviço público, sem dependência de visto e com garantia dos seus direitos.

3. Os funcionários nas condições do artigo anterior abrem vaga, mas logo que cessem as funções regressarão ao seu lugar de origem, ficando supranumerários ao quadro, e em exercício, com direito ao vencimento correspondente à sua categoria no mesmo quadro, enquanto neste não houver vaga.

4. O director-geral e os directores de nacionalidade portuguesa mantêm as qualidades de, respectivamente, adido financeiro e adidos financeiros adjuntos à Embaixada de Portugal no Brasil, sem direito a qualquer remuneração pelo desempenho destas funções.

5. Constarão do regulamento da Agência as atribuições do conselho de gestão e as respectivas normas de funcionamento.

Art. 8.º — 1. Ao pessoal da Caixa Geral de Depósitos contratado para outros cargos da Agência é aplicável o disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 7.º

2. As condições de prestação de serviço, quer do pessoal referido no n.º 1, quer do que for admitido no Brasil, constarão do regulamento previsto no artigo 9.º

Art. 9.º A organização dos serviços da Agência será estabelecida em regulamento interno aprovado pelo conselho de administração da Caixa Geral de Depósitos, sobre proposta do conselho orientador.

Art. 10.º O capital que, nos termos do artigo 4.º, for afectado pela Caixa Geral de Depósitos às operações da Agência será por aquela contabilizado sob a rubrica de participações financeiras, tendo como contrapartida, na contabilidade da Agência e de harmonia com a legislação brasileira, a rubrica «Capitais de domiciliados no exterior».

Art. 11.º — 1. Mantém-se a conta corrente aberta na Caixa Geral de Depósitos para o movimento das operações realizadas com a Agência.

2. Além desta conta, poderá a Caixa abrir outras a favor da Agência, nas condições a estabelecer pelo conselho de administração, para os movimentos de fundos que devam ser contabilizados separadamente.

Art. 12.º — 1. A Agência continuará a manter uma conta corrente com o Tesouro português para o movimento de fundos arrecadados ou fornecidos de conta deste, nos termos do n.º 2 do artigo 3.º, bem como de quaisquer outras operações efectuadas a solicitação da Direcção-Geral da Fazenda Pública.

2. A conta corrente poderá ser aberta numa ou mais moedas, desde que a tal se não oponha a lei brasileira.

3. As despesas de conta dos Ministérios serão satisfeitas em face de ordens ou autorizações de pagamento dadas directamente à Agência.

4. Até 30 de Junho do ano imediato àquele a que disserem respeito, serão remetidos ao Tribunal de Contas extractos do movimento anual da mesma conta, separados por consulados e autenticados pela direcção da Agência.

Art. 13.º — 1. O Ministério dos Negócios Estrangeiros fixará, em atenção ao movimento respectivo, as importâncias que podem ser retiradas pelos consulados de Portugal no Brasil com destino a despesas imprevistas e urgentes.

2. O numerário que se mostre em excesso será transferido para a Agência até ao dia 5 de cada mês, por meio de cheque, ordem de pagamento ou entrega em conta de depósito nos estabelecimentos bancários por ela indicados, o mesmo sucedendo quanto a outras transferências de fundos.

3. Os consulados remeterão, nos primeiros cinco dias de cada mês, reportada ao mês imediatamente anterior, nota dos valores existentes em cofre e o movimento deste.

4. Os consulados que careçam de fundos para fazer face às despesas de que trata o n.º 1, solicitá-los-ão à Agência, que providenciará pela forma mais conveniente.

Art. 14.º — 1. A Agência terá orçamento privativo, expresso em moeda brasileira, de acordo com o plano de actividades a desenvolver em cada ano, o qual regulará a respectiva gestão financeira.

2. Compete ao conselho orientador aprovar o orçamento e o plano de actividades referidos no n.º 1.

Art. 15.º A contabilidade, as contas e o apuramento de resultados da Agência são separados dos da Caixa Geral de Depósitos.

Art. 16.º — 1. Na movimentação da conta «Lucros e perdas» e no apuramento e aplicação dos respectivos resultados observar-se-á o disposto na lei brasileira.

2. Na aplicação dos resultados, o conselho orientador constituirá as reservas e provisões convenientes, tendo em vista reforçar a solidez financeira da Agência, e considerará, também, a remuneração a conceder à participação financeira da Caixa Geral de Depósitos, a que alude o artigo 10.º

Art. 17.º As contas da Agência serão apreciadas pelo conselho de administração da Caixa Geral de Depósitos, cuja aprovação as legitima para todos os efeitos.

Art. 18.º A Caixa Geral de Depósitos responde pela restituição de todos os depósitos que forem efectuados na Agência, nas condições legais.

Art. 19.º São revogados:

O Decreto n.º 10 252, de 6 de Novembro de 1924.

O Decreto n.º 33 894, de 30 de Agosto de 1944.

O Decreto n.º 40 702, de 26 de Julho de 1956.

O artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 48 953, de 5 de Abril de 1969.

Os artigos 4.º, 146.º, n.ºs 3 e 4, e 147.º do regulamento aprovado pelo Decreto n.º 694/70, de 31 de Dezembro.

Art. 20.º As dúvidas que se suscitarem na execução do presente diploma serão resolvidas por despacho do Ministro das Finanças, ouvido o conselho de administração da Caixa Geral de Depósitos.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros. — *Marcello Caetano — João Augusto Dias Rosas — Rui Manuel de Medeiros d'Espiney Patricio.*

Promulgado em 21 de Junho de 1972.

Publique-se.

O Presidente da República, AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ.

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

Direcção-Geral de Fazenda

Portaria n.º 351/72

de 23 de Junho

Considerando o que foi proposto pelo Governo de Macau no sentido de ser reforçada uma dotação do programa de investimentos do III Plano de Fomento para o corrente ano;

Tendo em vista a delegação conferida pelo Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos em 20 de Janeiro de 1970:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Ultramar, nos termos do artigo 2.º do Decreto n.º 35 770, de 29 de Julho de 1946, que o Governo de Macau reforce, com a importância de 1 000 000\$, a verba do capítulo 12.º, artigo 287.º, n.º 11) «III Plano de Fomento — Programa de execução para 1972 — Habitação e urbanização», da tabela de despesa extraordinária do orçamento geral da província para o corrente ano económico, utilizando como contrapartida igual importância a sair da verba do capítulo 12.º, artigo 287.º, n.º 9) «III Plano de Fomento — Programa de execução para 1972 — Turismo», da mesma tabela orçamental de despesa.

Pelo Ministro do Ultramar, *Rui Martins dos Santos*, Subsecretário de Estado do Fomento Ultramarino.

Para ser publicada no *Boletim Oficial* de Macau. — *Rui Martins dos Santos.*

MINISTÉRIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDÊNCIA SOCIAL

13.ª Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública

De harmonia com o disposto no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 54/72, de 15 de Fevereiro, se publica que S. Ex.ª o Subsecretário de Estado do Trabalho e Previdência autorizou as seguintes transferências de verbas, nos termos do n.º 2 do artigo 3.º:

Capítulos	Artigos	Números	Rubricas	Reforços e inscrições	Anulações	Autorizações ministeriais
Despesa ordinária						
4.º	49.º 53.º	1	Remunerações por serviços auxiliares Despesas gerais de funcionamento: Encargos próprios das instalações	9 500\$00 —\$—	—\$— 9 500\$00	(a) (a)
5.º	92.º 96.º	3	Deslocações Bens não duradouros: Consumos de secretaria	3 000\$00 —\$—	—\$— 4 670\$00	(b) (b)
	98.º	1	Despesas gerais de funcionamento: Encargos próprios das instalações	1 670\$00	—\$—	(b)
6.º	111.º 115.º	1	Remunerações por serviços auxiliares Despesas gerais de funcionamento: Encargos próprios das instalações	29 000\$00 —\$—	—\$— 29 000\$00	(c) (c)
				43 170\$00	43 170\$00	

(a) Despacho de 20 de Maio de 1972.

(b) Despacho de 24 de Maio de 1972.

(c) Despacho de 9 de Maio de 1972.

13.ª Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, 7 de Junho de 1972. — O Chefe da Repartição, *Francisco Plácido Malheiro de Oliveira.*